



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1004307-72.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerente: **Aparecida Agueda Rodrigues**

Juiz de Direito: **Caio Cesar Melluso**

Vistos

- 1 Nos termos da Lei nº 6.858/1980, artigos 1º e 2º, serão pagos em quotas iguais aos dependentes habilitados perante a previdência social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento, mediante alvará judicial, os: valores devidos pelos empregadores aos empregados; montantes das contas individuais do FGTS; montantes das contas individuais do PIS-PASEP; restituições de IRPF e outros tributos recolhidos por pessoa física. Sujeitam-se a mesma regra os saldos bancários, de cadernetas de poupança ou fundos de investimento até o valor de 500 OTNs, desde que não haja outros bens sujeitos a inventário.
- 2 A Lei nº 8.213/91, no artigo 112, contém regra idêntica no que diz respeito ao valor não recebido em vida pelo segurado, no âmbito da previdência social.
- 3 No caso dos autos, não há dependentes habilitados perante a previdência social (fls. 14).
- 4 A autora comprovou a condição de herdeira da falecida, conforme documento de identidade acostado às fls. 04, bem como o a certidão de óbito às fls. 07.
- 5 Assim, acolho o pedido, **AUTORIZANDO EM PARTE** o levantamento de **50% do valor** não recebido em vida pela segurada, no âmbito da Previdência Social.
- 6 Julgo extinta a ação, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Custas pela parte autora, observada a concessão dos benefícios da gratuidade - e sem condenação em honorários de sucumbência em razão do caráter voluntário da ação.
- 7 *Expeça-se o alvará necessário, preenchendo todos os requisitos legais e formais, em nome da parte autora e com prazo de 180 dias.*
- 8 Quanto aos outros 50%, a autora deverá trazer aos autos a certidão de nascimento/casamento da irmã falecida (Sandra Elisa), bem como sua certidão de óbito, a fim de se averiguar se ela tinha herdeiros que possam se interessar no presente feito.
- 9 Ausente qualquer interesse recursal (art. 1.000 do CPC), **fica anotado o trânsito em julgado** na data da prolação desta sentença, **dispensando-se o Cartório de emitir certidão**.
- 10 Decorridos 30 dias após a expedição do alvará, nada sendo requerido, arquivem-se os autos, dando-se baixa no sistema.
- 11 Ciência à Defensoria Pública.
P.I.C.

São Carlos, 26 de julho de 2016.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**